Demonstrações Financeiras

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2019 e 2018

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	1
Balanços patrimoniais	1
Demonstrações de resultados	2
Demonstrações de resultados abrangentes	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6

GF Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** ("**Entidade**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da **Entidade** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 17 de fevereiro de 2020.

GF Auditores Independentes

GF Auditores Independentes
CRC 2SP 025248/O-6

Vlademir Ortiz Pereira
Contador – CRC 210264/O-1

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Recursos vinculados a projetos	4	7.965	9.493
Contas a receber		176	152
Outros créditos		42	42
Despesas antecipadas		70	108
Total do ativo circulante		**8.253**	**9.795**
Não circulante			
Imobilizado	5	540	469
Intangível		1	3
Total do ativo não circulante		**541**	**472**
Total do ativo		**8.794**	**10.267**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar		230	338
Obrigações tributárias		2	46
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	961	867
Projetos vinculados a executar	6	7.026	8.533
Total do passivo circulante		**8.219**	**9.784**
Não circulante			
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6c	541	472
Contingências	8	34	11
Total do passivo não circulante		**575**	**483**
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social acumulado		-	-
Total do patrimônio líquido		-	-
Total do passivo		**8.794**	**10.267**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Contrato de Gestão	11	10.416	9.379
Venda de ingressos - contrato de gestão	6a	1.767	1.537
Aluguéis de espaços - contrato de gestão	6a	377	363
Aluguéis de espaços para eventos - contrato de gestão	6a	573	881
Receitas financeiras	6b	311	187
Parcerias e permutas	6a	134	78
Prestação de serviços	6a	-	203
Indenização seguro		470	-
Outras receitas	6a	16	84
Voluntários	6a	34	32
Receitas financeiras sinistro	6b	70	104
Outras receitas sinistro		21	-
		14.189	12.848
Leis de incentivo			
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)		1.004	2.801
Receitas financeiras	6b	33	101
	12	1.037	2.902
Total das receitas com restrições		**15.226**	**15.750**
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Com pessoal	13	(7.939)	(7.690)
Serviços prestados por terceiros	14	(2.503)	(2.365)
Gerais e administrativas	15	(2.741)	(1.751)
Energia elétrica e telecomunicações		(580)	(596)
Impostos, taxas e contribuições		(6)	(18)
Depreciação e amortização		(139)	(141)
Parcerias e permutas		(54)	(74)
Voluntários	3i	(34)	(32)
Gastos MLP - sinistro	16	(72)	(31)
Despesas financeiras MLP - sinistro		(19)	(74)
Despesas financeiras		(102)	(76)
		(14.189)	(12.848)
Leis de incentivo			
Gerais e administrativas		(82)	(781)
Depreciação e amortização		-	(8)
Programa de exposição		(931)	(2.024)
Serviços prestados por terceiros		(16)	(63)
Despesas financeiras		(8)	(26)
	17	(1.037)	(2.902)
Total das despesas com restrições	6b	**(15.226)**	**(15.750)**
Resultado líquido do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes:	-	-
Resultado abrangente total	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Superávits / déficits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	139	149
Contingências trabalhistas	23	(112)
(=) Resultado do exercício ajustado	**162**	**37**
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	1.528	3.165
Contas a receber	(24)	(63)
Despesas antecipadas	38	(34)
Depósito judicial	-	103
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	(108)	31
Obrigacoes trabalhistas e encargos sociais	94	34
Obrigações tributárias	(44)	6
Projetos vinculados a executar	(1.507)	(3.130)
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	69	(149)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**208**	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(208)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	**(208)**	-
Variação líquida do caixa	-	-
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** ("Entidade"), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo n° SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol ("MDF") e Museu da Língua Portuguesa ("MLP").

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.

b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.

c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.

d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.

e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização das mesmas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.

f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.

g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.

h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.

i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBrasil.

j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.

k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

Informações da Administração

O IDBrasil firmou em 2016 dois novos contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, para gestão do Museu do Futebol e do Museu da Língua Portuguesa, o primeiro com vigência de 01/07/2016 até 31/12/2020 e o segundo com vigência de 01/01/ 2017 até 31/12/ 2020, mantendo assim seu compromisso com a gestão desses equipamentos de grande relevância Cultural.

O convênio com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e IDBrasil, assinado em janeiro de 2016, com prazo de cinco anos, viabiliza a reconstrução e atualização da museografia do Museu da Língua Portuguesa, sob responsabilidade da Fundação Roberto Marinho e com recursos da indenização do seguro e de patrocínios privados, originários de leis de incentivo. Na hipótese de conclusão da recuperação e restauro do edifício sede antes do prazo de vigência do Contrato de Gestão do Museu da Língua Portuguesa, há previsão para rescisão antecipada do mesmo.

No exercício de 2017, foram concluídas as obras de restauro da fachada e esquadrias do edifício sede do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz e em 2018 foram concluídas as obras da cobertura e iniciadas a reconstrução e adaptações da parte interna do edifício. Em dezembro de 2019 foi anunciada a conclusão da obra de restauro do edifício. A conclusão da implantação da expografia está prevista para início de 2020.

No final de 2018 foi assinado termo de aditamento do contrato de gestão do Museu da Língua Portuguesa, incluindo nas obrigações do IDBrasil a manutenção e restauro do saguão e bilheterias da Estação da Luz, parcialmente afetadas em decorrência do rescaldo do incêndio. Os recursos para viabilizar essa ação serão originários da indenização do seguro destinada à responsabilidade civil, e com adicional de repasse no contrato de gestão. Em dezembro de 2019 foi anunciada a conclusão da obra, restando para a finalização do Museu ações de verificação da conformidade de detalhes da obra, como testes, e afins, e instalação da expografia.

Nesse contexto, logo após a notícia da finalização da obra, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo publica a Resolução S/C Nº 26/2019, de 13/12/2019, com a Convocação Pública para o gerenciamento do Museu da Língua Portuguesa. O Conselho de Administração do IDBrasil autorizou sua participação na referida Convocação. A proposta do IDBrasil foi entregue conforme especificação do chamamento, em 29 de janeiro de 2020 e aguarda divulgação do resultado.

Os Planos de Trabalho dos equipamentos geridos foram cumpridos. Para o exercício de 2019, o referencial orçamentário foi balizado com o mesmo valor nominal do repasse de 2018[1] exigindo equalização dos orçamentos para absorver a perda real no valor do repasse.

Com captação de recursos de lei de incentivo federal, foi possível a realização de ações de difusão e ampliação do público do Museu do Futebol, destacando a exposição temporária 'Contra Ataque: As Mulheres do Futebol' e diversas ações de programação cultural e educativas.

Para o Museu da Língua Portuguesa, em destaque a reforma e restauro do saguão central e bilheterias do da Estação da Luz, concluída em setembro de 2019 e viabilizada com recurso do repasse do Contrato de Gestão do final do exercício de 2018 e recurso da indenização do seguro.

[1] Excluído valor para restauro do saguão da Estação da Luz da base de 2018.

Em 2019, o IDBrasil passou a contar com novos membros no Conselho Consultivo, que passa a contar em 2019 com 17 conselheiros.

Em 2019 foi implantado o Programa de Integridade no IDBrasil, com ampla divulgação aos funcionários incluindo orientações sobre o Código de Ética e Conduta e utilização do Canal de Ética, disponível no site da instituição, para acesso por telefone ou e-mail.

O IDBrasil segue orientação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo na sua política de concessão de gratuidades de ingressos, a qual visa à democratização de acesso e difusão dos equipamentos geridos.

Para o Museu do Futebol, foram concedidas gratuidades no valor estimado de R$ 1.978 no exercício de 2019 (R$ 1.565 no exercício de 2018).

A legislação municipal, através da Lei nº 16.757/2017 de 14 de novembro de 2017, instituiu a tributação do ISS sobre os repasses recebidos do Governo do Estado de São Paulo, previstos nos contratos de gestão. Contudo, no melhor entendimento da administração e respaldada por seus assessores jurídicos, tal tributo não é devido, e, portanto, não está reconhecido nas demonstrações financeiras ora apresentadas, pois, há fortes argumentos favoráveis à Entidade, tendo em vista que:

- É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo direito a imunidade tributária;
- É instituição de educação e cultura, voltada à difusão da cultura do esporte e da língua portuguesa;
- Os repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo são integralmente destinados a financiar ações nas áreas culturais, educativas e tecnológicas, com o objetivo de melhorar a qualidade e diversificação da programação dos Museus sob sua gestão. As atividades dos Contratos de Gestão tecnicamente não estão sujeitas a cobrança do ISS.

A administração da Entidade acredita que a tributação é indevida e com base na opinião dos assessores jurídicos este assunto foi classificado como de perda possível, não sendo requerido o reconhecimento deste tributo nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, ambas aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 21 de outubro de 2016 e 02 de setembro de 2015, respectivamente, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26(R1) .

Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, refletindo todos os eventos de conhecimento da Administração até a presente data.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas em detalhes abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos contratos de gestão, incluindo projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercicio financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Entidade não prática transações de vendas e compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

f. Ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A Entidade não possui operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- **passivos contingentes**: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 o montante foi de R$ 34 (R$ 32 em 2018).

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, o COFINS sobre rendimento de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e despesas com operadoras de cartões de crédito/débito.

k. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol ("MDF") como para o Museu da Língua Portuguesa ("MLP"), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

l. Isenção tributária

A Entidade goza de isenção tributária de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o superávit, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

m. Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4. Recursos vinculados a projetos

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Caixa	22	-	22	14	-	14
Banco conta movimento	47	8	55	15	2	17
Banco conta movimento - bloqueio	-	-	-	625	-	625
Aplicações financeiras	5.644	2.244	7.888	3.826	5.011	8.837
	5.713	**2.252**	**7.965**	**4.480**	**5.013**	**9.493**

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de gestão, projetos relacionados e projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

Banco conta movimento – bloqueio Leis de incentivo

Refere-se a depósitos de Leis de incentivo quando ainda não autorizadas para aplicação financeira: R$ 0 (zero) em 2019 (R$ 625 no exercício de 2018).

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Recursos do Contrato de Gestão	3.054	1.418	4.472	2.361	1.498	3.859
Recursos Fundo de Reserva Contrato de Gestão	544	131	675	520	126	646
Recursos Fundo de Contingência Contrato de Gestão	430	584	1.014	328	559	887
Recursos de Projetos Especiais (Leis de Incentivo)	1.617	-	1.617	617	-	617
Recursos da Indenização do Seguro	-	110	110	-	2.828	2.828
	5.645	**2.243**	**7.888**	**3.826**	**5.011**	**8.837**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa referenciada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI; variam entre 81,5% e 94,5% do índice base durante o exercício de 2019 (83,5% a 100% do CDI durante o exercício de 2018)

Na demonstração do fluxo de caixa, os recursos vinculados a projetos são apresentados no fluxo das atividades operacionais, uma vez que esses recursos não apresentam todas as características de caixa e equivalentes de caixa conforme requerido pelo CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa.

5. Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
Móveis e utensílios	10%	365	(262)	103	89
Equipamentos de informática e comunicação	20%	648	(489)	159	86
Equipamentos de telefonia	20%	37	(35)	2	1
Máquinas e equipamentos	10%	627	(351)	276	293
Instalações	10%	190	(190)	-	-
		1.867	**(1.327)**	**540**	**469**

Movimentação do ativo imobilizado em 2019

Movimentação do custo	**Saldo em 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Móveis e utensílios	325	62	(22)	365
Equipamentos de informática e comunicação	525	229	(106)	648
Equipamentos de telefonia	36	1	-	37
Máquinas e equipamentos	583	49	(5)	627
Instalações	190	-	-	190
	1.659	**341**	**(133)**	**1.867**

Movimentação da depreciação	**Saldo em 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2019**
Móveis e utensílios	(236)	(28)	2	(262)
Equipamentos de informática e comunicação	(439)	(92)	42	(489)
Equipamentos de telefonia	(35)	-	-	(35)
Máquinas e equipamentos	(290)	(62)	1	(351)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	(1.190)	**(182)**	**45**	**(1.327)**
Saldo líquido	**469**	**159**	**(88)**	**540**

Movimentação do ativo imobilizado em 2018

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	325	-	-	325
Equipamentos de informática e comunicação	525	-	-	525
Equipamentos de telefonia	36	-	-	36
Máquinas e equipamentos	583	-	-	583
Instalações	190	-	-	190
	1.659	**-**	**-**	**1.659**

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	(204)	(32)	-	(236)
Equipamentos de informática e comunicação	(383)	(56)	-	(439)
Equipamentos de telefonia	(35)	-	-	(35)
Máquinas e equipamentos	(232)	(58)	-	(290)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	(1.044)	**(146)**	**-**	**(1.190)**
Saldo líquido	**615**	**(146)**	**-**	**470**

6. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

(Em milhares de Reais)

	Saldos em 31/12/2018	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos	Receitas Financeiras	Devolução e transferências de Recursos	Imobilizações líquida	Custos e despesas	Outras movimentações	Saldos em 31/12/2019
			a	b					
Museu do Futebol									
Contrato de Gestão (a)	2.425	8.745	2.883	165	-	30	(10.944)	49	3.353
Pronac 177453 - 2018	617	-	-	5	(622)	-	-	-	-
Pronac 183885 - 2019	573	76	-	26	622	-	(1.037)	-	260
MESP 1814206	52	268	-	2	-	-	-	-	322
Pronac 193044 - 2020	-	1.035	-	-	-	-	-	-	1.035
Sub Total - Museu do Futebol	**3.667**	**10.124**	**2.883**	**198**	**-**	**30**	**(11.981)**	**49**	**4.970**
Museu da Língua Portuguesa									
Contrato de Gestão	2.028	2.881	18	146	-	13	(3.155)	5	1.936
Projeto Reconstrução	2.823	-	-	70	-	-	(91)	(2.698)	104
Empenho (Outras Obrigações)	15	-	-	-	-	-	-	1	16
Sub Total - Museu da Língua Portuguesa	**4.866**	**2.881**	**18**	**216**	**-**	**13**	**(3.246)**	**(2.692)**	**2.056**
Total Projetos a executar	**8.533**	**13.005**	**2.901**	**414**	**-**	**43**	**(15.227)**	**(2.643)**	**7.026**

c	Saldos em 31/12/2018	Depreciação	Aquisições	Saldos em 31/12/2019
Obrigações com o Estado - Imobilizado MDF	383	(115)	161	429
Obrigações com o Estado - Imobilizado MLP	89	(24)	47	112
Total Imobilizado e intangível	**472**	**(139)**	**208**	**541**

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.

- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.

- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

a. Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MDF)

A Entidade firmou Contrato de Gestão nº 05/2011 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, pelo período aproximado de 51 meses a partir de 9 de setembro de 2011; houve prorrogação da vigência até 30 de junho de 2016. Em junho de 2016 foi assinado um novo contrato, pelo período de 54 meses, com vigência até 31 de dezembro de 2020. Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no "Museu do Futebol". Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No mês de dezembro de 2015, foi celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu do Futebol por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, com prorrogação do prazo contratual até 30 de junho de 2016, com repasse no valor de R$ 3.846 para o período. O contrato de gestão 05/2011 teve a importância global de R$ 42.890 em recursos repassados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Em novo processo de chamamento Público, o IDBrasil firmou novo Contrato de Gestão nº 04/2016 com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, no valor total de R$ 42.682. Em dezembro de 2016 foi celebrado o 1º termo de aditamento, tendo como valor global estimado R$ 42.561.

Para o exercício de 2018, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo determinou como referencial de repasse o valor do exercício de 2017, reviu a permissão para a unificação da equipe do Museu da Língua Portuguesa à equipe do Museu do Futebol, previamente indicada no final de 2017, determinando que permaneçam segregadas. Em 2018 foram repassados recursos no valor de R$ 8.744, conforme termo de aditamento assinado em agosto de 2018.

Para o exercício de 2019, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo repassou recursos no valor de R$ 8.744, referencial de repasse do exercício de 2017, conforme termo de aditamento assinado em dezembro de 2019.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade deverá receber do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R$ 41.117, da seguinte forma:

2016 (2º semestre)	R$ 4.833
2017	R$ 8.635
2018	R$ 8.744
2019	R$ 8.744
2020	R$ 10.161

O valor para 2020 poderá ser revisto em razão da dotação orçamentária.

b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)

A Entidade firmou Contrato de Gestão 004/2012 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, pelo período de 53 meses a partir de 01 de julho de 2012 e vencimento em novembro de 2016. Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no "Museu da Língua Portuguesa". Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade.

Em maio de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo o 5º (quinto) termo de aditamento ao Contrato de Gestão com prorrogação de vencimento de 30/11/2016 para 31/12/2016 e revisão do plano de trabalho para adequação à nova condição do Museu pós incêndio, com repasse no valor de R$ 2.700, e R$ 1.000 advindos da indenização do seguro relativos a despesas fixas perduráveis. Foram também executadas obras emergenciais no valor de R$ 2.808 com recursos advindos da indenização do seguro.

Em dezembro de 2016 a Entidade assinou com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo novo contrato de gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2020, com possibilidade de rescisão antecipada na hipótese de conclusão da recuperação e restauro do edifício do Museu.

Em agosto de 2018 a Entidade assinou o primeiro termo de aditamento referente ao exercício de 2018, com repasse no valor de R$ 2.016. Em dezembro de 2018 foi assinado novo termo de aditamento, incluindo a manutenção e restauro do saguão e bilheterias da Estação da Luz. Os recursos para viabilizar essa ação serão originários da indenização do seguro destinada à responsabilidade civil - R$ 470 e com adicional de repasse no contrato de gestão – R$ 920 (valor efetivamente liberado em janeiro de 2019).

Em 2019 foi assinado novo termo de aditamento, com repasse no valor de R$ 1.961.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a Entidade receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R$ 10.090. da seguinte forma:

2017	R$ 2.855
2018	R$ 2.936
2019	R$ 1.961
2020	R$ 2.338

O valor a ser liberado para 2020 poderá ser alterado em função de dotação orçamentária e/ou rescisão antecipada do contrato pela conclusão da obra do Museu.

Em 21 de janeiro de 2016 foi celebrado um Convênio tendo como partes a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a Fundação Roberto Marinho e o IDBrasil, visando à a reconstrução e restauração do prédio da Estação da Luz, e a reinstalação do Museu no local. Os recursos serão advindos da indenização do seguro e recursos de patrocinadores privados. Os recursos da indenização do seguro, deduzidas as parcelas usadas nas obras emergenciais, serão repassados à Fundação Roberto Marinho - responsável pelos projetos, obras e recuperação do Museu - pelo IDBrasil e com anuência da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, de acordo com cronogramas estabelecidos em termos de aditamentos.

Até o exercício de 2019, foram celebrados seis termos de aditamento, com os seguintes valores repassados à Fundação Roberto Marinho:

Agosto/2016	R$ 973
Dezembro/2016	R$ 12.392
Agosto/2017	R$ 14.547
Julho/2018	R$ 3.024
Maio/2019	R$ 2.564
Novembro/19	R$ 130
Total	**R$ 33.630**

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

(i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
(ii) Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
(iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
(iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

As fontes (i) e (ii) não estão ativas para o Museu da Língua Portuguesa até que seja reaberto o Museu.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2019 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, sendo aprovados pelo Conselho de Administração da Entidade em 15 de abril, 16 de julho e 16 de outubro de 2019 (MDF e MLP). As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MDF e MLP, serão enviadas em fevereiro de 2020.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

c. Leis de incentivo fiscal

O IDBrasil inscreveu em projetos de Lei Rouanet os Planos Anuais dos museus sob sua gestão, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção predial e tecnológica. Os projetos visam à continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação dos museus sob sua gestão.

Leis de Incentivo Fiscal (MDF):

PRONAC - 163821 - Plano Anual 2017

Valor aprovado do projeto foi de R$ 4.653, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2017. Foi captado o valor de R$ 2.600. O prazo de execução do Plano foi prorrogado até 31 de março de 2018.

PRONAC - 177453 - Plano Anual 2018

Valor aprovado do projeto foi de R$ 4.925, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2018. Foi captado o valor de R$ 879.

PRONAC – 183.885 - Plano Anual 2019

Valor aprovado do projeto foi de R$ 4.996, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2019. Foi captado o valor de R$ 648.

PRONAC – 193.044 - Plano Anual 2020

Valor aprovado do projeto foi de R$ 8.473, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2020. Foi captado o valor de R$ 1.035.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MINISTÉRIO. DO ESPORTE.

Valor aprovado do projeto foi de R$ 356 com autorização para captação até 07 de novembro de 2020. Foi captado em 2019 R$ 268.

Leis de incentivo fiscal (MLP)

PRONAC - 185376 - Plano Bianual 2019-2020

Valor aprovado do projeto foi de R$ 8.253. Não houve captação no exercício de 2019.

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Provisão de férias	655	78	733	612	81	693
INSS a recolher	117	11	128	90	-	90
FGTS a recolher	41	4	45	40	-	40
IRRF a recolher	45	4	49	37	-	37
PIS Folha de Salário a recolher	4	-	4	3	-	3
Outras	2	-	2	4	-	4
	864	**97**	**961**	**786**	**81**	**867**

8. Contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade é parte (polo passivo) em 2 ações de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade como sendo consideradas de perda provável e que foram provisionadas no valor de **R$ 34** e de perda possível no valor de **R$ 20**.

Demais passivos contingentes

Não é de conhecimento da administração e de seus assessores jurídicos da existência de qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade até o encerramento dessas demonstrações financeiras.

9. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits / superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

11. Receitas com restrições - contrato de gestão

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Custos e despesas	11.981	3.245	15.226	13.717	2.033	15.750
(-) Recursos Indenização (saguão)	-	(470)	(470)	-	-	-
(-) Recursos captados	(2.883)	(18)	(2.901)	(3.014)	(164)	(3.178)
(-) Receitas financeiras	(198)	(146)	(344)	(205)	(83)	(288)
(-) Recursos Leis Incentivo	(1.004)	-	(1.004)	(2.726)	(75)	(2.801)
(-) Recurso Indenização MLP	-	(21)	(21)	-	(104)	(104)
(-) Receitas Financeiras Indenização	-	(70)	(70)	-	-	-
Reconhecimento da receita do CG	**7.896**	**2.520**	**10.416**	**7.772**	**1.607**	**9.379**

A receita do contrato de gestão é reconhecida no resultado na mesma proporção das despesas incorridas, diminuídas das demais receitas captadas, que são reconhecidas na ocasião do fato gerador (competência).

12. Receitas com restrições - recursos projetos especiais (Leis de incentivos e Editais)

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Pronac - Plano anual 2016 - 159327	-	-	-	-	75	75
Pronac - Plano anual 2017 - 163821	-	-	-	110	-	110
Pronac - Plano anual 2018 - 177453	-	-	-	2.616	-	2.616
Pronac - Plano anual 2019 - 183885	1.004	-	1.004	-	-	-
Receitas financeiras	33	-	33	101	-	101
	1.037	-	**1.037**	**2.827**	**75**	**2.902**

As receitas dos projetos especiais são reconhecidas no resultado na mesma proporção das despesas incorridas.

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6° do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1° do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

13. Despesas com pessoal

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Salários	3.957	336	4.293	3.856	332	4.188
Encargos Sociais	1.607	138	1.745	1.336	113	1.449
Benefícios	933	46	979	913	44	957
Férias e 13° salário	836	66	902	1.032	73	1.105
Contingências trabalhistas	20	-	20	(9)	-	(9)
	7.353	**586**	**7.939**	**7.128**	**562**	**7.690**

14. Prestadores de serviços – Contrato de Gestão

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Segurança e vigilância	483	323	806	459	215	674
Portaria	284	171	455	298	150	448
Limpeza	429	48	477	419	41	460
Administração / RH	27	1	28	28	3	31
Bombeiros	177	156	333	169	156	325
Manutenção e locação de equipamentos	18	-	18	22	-	22
Consultoria	10	-	10	24	3	27
Jurídico	74	109	183	85	93	178
Contabilidade	73	28	101	68	27	95
Auditoria	20	10	30	12	11	23
Demais serviços	55	7	62	67	15	82
	1.650	**853**	**2.503**	**1.651**	**714**	**2.365**

15. Gerais e administrativas – Contrato de Gestão

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Despesas Administrativas	246	57	303	268	40	308
sub total - administrativas e gerais	**246**	**57**	**303**	**268**	**40**	**308**
Programa Exposição e Programa Cultural	143	-	143	161	-	161
Programa Edificação/Conservação/Manutenção/Seguro	516	1.544	2.060	499	122	621
Programa de Comunicação	56	8	64	57	10	67
Programa de serviço educativo e projeto especial	46	-	46	38	-	38
Programa Acervo: Conservação e Documentação	60	14	74	202	223	425
Programa Apoio ao SISEM-SP	-	-	-	8	-	8
Programa de Gestão Executiva	33	15	48	4	119	123
Perdas	3	-	3	-	-	-
sub total - programas	**857**	**1.581**	**2.438**	**969**	**474**	**1.443**
TOTAL	**1.103**	**1.638**	**2.741**	**1.237**	**514**	**1.751**

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais com programas das principais atividades da Entidade:

2019

	Programa Exposição e Programa Cultural		Programa Edificação / Conservação / Manutenção /		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	116	3	-	-	-	-	12	-	-	-	128	3
Manutenção predial	-	-	170	43	-	-	-	-	-	-	-	-	170	43
Manutenção de equipamentos	-	-	165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165	-
Estrutura de exposição	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Despesa com segurança	-	-	16					-			-	-	16	-
Conservação e restauração	-	-	-	1.387				-			-	-	-	1.387
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	48	6	-	-	-	-	-	-	48	6
Seguros	-	-	34	106	-	-	-	-	2	-	-	-	36	106
Outras despesas	133	-	15	5	8	2	46	-	46	14	36	15	284	36
	143	**-**	**516**	**1.544**	**56**	**8**	**46**	**-**	**60**	**14**	**36**	**15**	**857**	**1.581**
													2.438	

2018

	Programa Exposição e Programa Cultural		Programa Edificação / Conservação / Manutenção /		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	94	2	-	-	-	-	10	-	-	-	104	2
Manutenção predial	-	-	117	43	-	-	-	-	-	-	-	-	117	43
Manutenção de equipamentos	2	-	184	-	-	-	13	-	-	-	-	-	199	-
Estrutura de exposição	101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101	-
Criação gráfica / arte	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9	-
Manutenção do parque tecnológico	52	-	-	-	48	10	-	-	16	-	-	-	116	10
Seguros	-	-	37	73	-	-	-	-	-	4	-	-	37	77
Outras despesas	6	-	67	4	-	-	25	-	176	219	12	119	286	342
	161	**-**	**499**	**122**	**57**	**10**	**38**	**-**	**202**	**223**	**12**	**119**	**969**	**474**
													1.443	

16. Gastos - Sinistro - MLP

	2019	2018
	MLP	MLP
Utilidade pública	67	22
Obras e serviços - Responsabilidade civil	-	9
Obras e serviços emergenciais - outros gastos	5	-
	72	**31**

17. Despesas Leis de incentivo

	2019			2018		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Desp. adm. material de uso e consumo	-	-	-	49	-	49
Desp. adm. seguro	2	-	2	43	-	43
Desp. adm. passagens	8	-	8	96	-	96
Desp. adm. outras	120	-	120	66	-	66
Desp. impressão	-	-	-	162	-	162
Desp. aluguel ônibus	-	-	-	52	-	52
Desp. hospedagem	-	-	-	115	-	115
Desp. transportes	-	-	-	131	-	131
Desp. depreciação	-	-	-	-	8	8
Desp. segurança patrimonial	-	-	-	-	67	67
Programa de exposição	883	-	883	2.024	-	2.024
Serv 3s. captação de recurso	16	-	16	63	-	63
Despesas financeiras	8	-	8	26	-	26
	1.037	**-**	**1.037**	**2.827**	**75**	**2.902**

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

20. Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possui cobertura de seguros:

Museu do Futebol – modalidade multirrisco, no valor total de R$ 52,6 milhões com vigência até 20 de junho de 2020.

Museu da Língua Portuguesa - modalidade segundo risco, com cobertura no valor de R$ 30 milhões com vigência até 31 de janeiro de 2020. É considerado de primeiro risco o seguro de engenharia, de responsabilidade da empresa contratada para a obra. Com o vencimento desse seguro e a conclusão da obra, foi contratado em 2020 o seguro multirrisco com cobertura patrimonial no valor de R$ 100,0 milhões, e vigência de 12 meses, a partir de 31 de janeiro de 2020.

21. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

* * *

Eric Alexander Klug
Diretor Executivo

Vitória Boldrin
Diretora Administrativa e Financeira

Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3